



O AVANÇO DA LÓGICA PRIVADA DE APROPRIAÇÃO E USO DO TERRITÓRIO NO BAIRRO DO BONETE, ILHABELA, SP: CONSEQUÊNCIAS À PRODUÇÃO E AO CONSUMO DE ALIMENTOS¹

Guilherme Paschoal Lima ²

RESUMO

Tecemos neste artigo algumas reflexões sobre as consequências do avanço do modelo hegemônico de apropriação e uso do território – fundamentado na lógica capitalista – no bairro do Bonete, Ilhabela, SP, procurando aclarar algumas das consequências desse avanço para a produção e para o consumo de alimentos. Discutimos as transformações que vêm ocorrendo na dinâmica fundiária do lugar, estabelecendo como recorte temporal as últimas três décadas, quando alguns eventos desencadeiam importantes mudanças na relação do lugar com a totalidade-mundo, no contexto da globalização.

Palavras-chave: Apropriação e uso do território, Populações caiçaras, Produção e consumo de alimentos.

RESUMEN

En este artículo tejemos algunas reflexiones sobre las consecuencias del avance del modelo hegemónico de apropiación y uso del territorio - basado en la lógica capitalista - en el barrio de Bonete, Ilhabela, SP, buscando esclarecer algunas de las consecuencias de este avance para la producción y el consumo de alimentos. Discutimos las transformaciones que se han venido produciendo en la dinámica de tenencia de la tierra del lugar, estableciendo como marco temporal las últimas tres décadas, cuando algunos eventos desencadenan cambios importantes en la relación entre lugar y la totalidad-mundo, en el contexto de la globalización.

Palabras clave: Apropriación y uso del territorio, Poblaciones caiçaras, Producción y consumo de alimentos.

¹Este artigo resulta da associação de alguns dos resultados obtidos em nossa dissertação de mestrado, intitulada “Turismo e poder em lugares tradicionalmente habitados por caiçaras: o caso do Bonete, Ilhabela, SP” (LIMA, 2015) – executada com auxílio de bolsa de estudos financiada pela CAPES - com outras leituras e discussões que temos desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Campinas.

²Doutorando do Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, guilima_br@hotmail.com



INTRODUÇÃO

A reflexão que ora compartilhamos é parte de um caminhar que, acreditamos, pode vir a contribuir para uma melhor compreensão dos processos pelos quais têm passado os lugares habitados por populações tradicionais, especialmente aqueles habitados por populações caiçaras³, no contexto da globalização. Diversos autores (DIEGUES, 1973, 1979, 1997, 2004; LUCHIARI, 1992, 1997, 1999, 2000; FURLAN, 1997, 2000, 2004; CAMARGO, 2013; LIMA, 2015, entre outros) têm demonstrado que essas pessoas vêm sendo prejudicadas com o novo⁴ avanço da racionalidade capitalista sobre os lugares onde vivem, seja com a implementação de grandes obras, como rodovias, portos, plataformas e terminais de extração e distribuição de hidrocarbonetos, seja com a implementação de unidades de conservação de proteção integral, seja com o turismo, principalmente aquele que gera residências de uso ocasional.

Conforme argumentamos em outro trabalho (LIMA, 2015), as populações caiçaras vêm perdendo o poder de decidir sobre os seus lugares – sobre quem pode e quem não pode utilizar os recursos e a forma como utilizá-los; quem pode implantar fixos e quais fixos; sobre quais atividades econômicas serão ou não desenvolvidas etc. – isso quando não são diretamente expulsas de suas terras. Em muitos casos, a possibilidade de realizar a manutenção e reprodução de características basais da própria cultura caiçara e de seus rebatimentos espaciais específicos é ceifada.

Neste artigo, preocupamo-nos em discutir algumas das consequências dessa mudança no que tange a produção e o consumo de alimentos, tomando como estudo de caso o bairro do Bonete, Ilhabela, SP, onde mora uma comunidade tradicional caiçara de aproximadamente 244 pessoas (IBGE, 2010).

Para isso, procuramos compreender a dinâmica fundiária desse lugar, estabelecendo como recorte temporal as últimas 4 décadas, quando ocorrem alguns eventos fundamentais para compreendermos o presente (e pensarmos sobre o futuro), a saber: a criação do Parque Estadual

³ Segundo Diegues (2004, p.09), a região habitada por populações caiçaras compreende a faixa litorânea que se estende do norte de Santa Catarina ao Rio de Janeiro

⁴ Por diversas vezes ao longo do processo histórico, a racionalidade capitalista - e seus rebatimentos espaciais – avançou e recuou nos lugares habitados por populações caiçaras, ora imprimindo um grau maior de exterioridade a esses lugares, ora deixando-os mais introvertidos; os chamados ciclos econômicos, como os da cana-de-açúcar, do café e do arroz foram emblemáticos neste sentido: em seu apogeu as populações caiçaras eram inseridas como força de trabalho e a configuração espacial se modelava em função da atividade, ao passo que em seu declínio essas pessoas eram dispensadas ou “liberadas” (MOREIRA, 1990, p.55) e uma nova configuração espacial começava a se moldar. Estamos aqui chamando de *novo avanço* o processo que se inicia em meados do século XIX e que se fortalece nas últimas décadas, aumentando, mais uma vez, o grau de exterioridade dos lugares habitados por populações caiçaras.



de Ilhabela, em 1977; a construção da estrada, que, por falta de manutenção, hoje constitui a Trilha do Bonete, inaugurada em 1982; o maior acesso a barcos movidos a motor pelos moradores do bairro, principalmente na década de 1990. De forma associada a estes eventos, a atividade turística ganha importância, tornando-se o principal motor de transformação na lógica da apropriação e do uso do território nesse subespaço.

Acompanhando esse acontecer, processa-se uma importante diminuição das áreas de roça e do número de famílias que fazem roçado; a caça passa a ser ilegal, portanto sua prática é quase totalmente cessada; embora a pesca ainda seja fundamental na alimentação dos moradores do Bonete, a quantidade de pescado diminuiu muito, assim como a importância da pesca para a economia local. Ou seja, houve uma diminuição significativa da produção de alimentos (incluindo aí a caça, a pesca e a coleta) no lugar, e uma consequente perda de autonomia, pois os moradores passaram a adquirir alimentos primordialmente mediante a compra, nos supermercados dos centros urbanos próximos. Ocorre, assim, uma maior inserção do lugar na economia capitalista e a lógica do dinheiro se fortalece.

METODOLOGIA

Elegemos o *lugar* como categoria central de análise, tomando como recorte territorial o Bairro do Bonete, Ilhabela, SP. Estabelecemos como recorte temporal as últimas quatro décadas, quando alguns eventos desencadearam importantes mudanças na relação do lugar com a totalidade-mundo, no contexto da globalização. O foco central da análise foi a consequência do avanço da lógica de apropriação privada do território na produção e consumo de alimentos. Utilizamos os seguintes procedimentos metodológicos para atender aos objetivos da pesquisa: **Levantamento e revisão bibliográfica:** utilizamos como fontes de pesquisa a Biblioteca do Instituto de Geociências da Unicamp; a Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp; a Biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP; a Biblioteca do Núcleo de Apoio à Pesquisa Sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras da USP, além dos diversos acervos contidos em sítios e plataformas virtuais. **Levantamento de dados e documentos:** as principais fontes de dados e documentos foram o IBGE; Prefeituras Municipais; Secretaria Estadual de Meio Ambiente; Ministério do Turismo; IBAMA; INCRA, além de diversos sítios virtuais. **Trabalhos de campo:** permanecemos durante dez dias no bairro do Bonete, onde realizamos 45 entrevistas, das quais 27 com caiçaras moradores do Bonete (entre esses, 3 migrantes) e 18 com turistas que frequentavam a praia na



ocasião. Para ambos os grupos de entrevistados, aplicamos um questionário de cunho qualitativo, semi-estruturado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A gestão do processo e o lugar

O bairro do Bonete pertence ao distrito de Cambaquara, município de Ilhabela, que compõe a microrregião de Caraguatatuba (IBGE), Litoral Norte de São Paulo, conforme a Lei nº 10.019 de 1998 - Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro. Além de Ilhabela, três outros municípios compõem essa região: São Sebastião, Caraguatatuba e Ubatuba. O Bonete encontra-se na intersecção das coordenadas 23° 55' 87" latitude Sul e 45°19'37" longitude Oeste onde vive atualmente uma comunidade caiçara formada por aproximadamente 244 pessoas, tomando como base o censo demográfico de 2010 (IBGE, 2011).

Elegemos a categoria do *lugar* como lente para a análise, considerando sua importância para tornar cognoscível a totalidade-mundo, em consonância com o raciocínio de Santos (2012, p. 162), para quem

o lugar não pode ser visto como passivo, mas como globalmente ativo, e nele a globalização não pode ser enxergada apenas como fábula. O mundo, nas condições atuais, visto como um todo, é nosso estranho. O lugar, nosso próximo, restitui-nos o mundo: se este pode esconder pela sua essência, não pode fazê-lo pela sua existência. No lugar, estamos condenados a conhecer o mundo pelo que ele já é, mas, também, pelo que ainda não é. O futuro, e não o passado torna-se a nossa âncora.

Podemos afirmar que hoje, em meio à atual divisão territorial do trabalho, que tende a aprofundar as inter-relações e as especificidades locais, o Bonete se insere primordialmente através do turismo, vinculado à valorização das paisagens naturais pelas sociedades urbanas. Conforme explica Santos (2008, p.254), os subespaços perderam relativamente autonomia e passaram a ser mais interdependentes ao longo da história, havendo um aprofundamento da divisão territorial do trabalho, a qual impôs novas formas de cooperação e controle. O turismo é a atividade econômica que mais promove inter-relações entre o Bonete e outros lugares, de dentro e de fora do Brasil; é, hoje, o principal motor de transformações do lugar.

Esta inserção no Mundo (Santos, 2008, p.338) pela especificidade do atrativo turístico ocorre com base em uma necessidade de fuga do cotidiano dos centros urbanos pelos turistas,



que vão ao lugar com a intenção de “consumir uma paisagem”, parafraseando Luchiari (2000), buscando cachoeiras, rios, mata, mar e um lugar tranquilo, sem muitas pessoas.

É interessante ressaltar que muitas das características territoriais do Bonete⁵ contribuíram para que, até a década de 1980, o turismo quase não influenciasse a dinâmica socioespacial do lugar e, mesmo no decorrer desta década, sua expressão era incipiente; essas mesmas características, porém, passam a representar um grande atrativo a partir dos anos de 1990, quando a acessibilidade do bairro aumentou.

A partir de então, tornaram-se proeminentes os resultados das novas intencionalidades sobre o lugar, quando agentes vindos de centros urbanos passam a comprar terrenos a preços baixíssimos, os cercam e contratam moradores para trabalharem como caseiros. Associada ao desenvolvimento do turismo, a lógica da propriedade privada da terra desembarca no Bonete e entre os próprios moradores surge uma necessidade de estabelecer os limites de suas posses e cercá-los, reproduzindo – com as peculiaridades do atual espaço geográfico e do lugar em questão - um evento central para a consolidação e expansão do capitalismo: os cercamentos, oriundos principalmente da Inglaterra, cujos primeiros esboços datam do século XVI e cujo auge se verifica no início do século XIX.

Podemos considerar que essa alteração relativamente recente na lógica de apropriação e uso do território no bairro do Bonete, que toma corpo apenas a partir da década de 1990, corresponde a uma das facetas da dispersão espacialmente seletiva desse processo basal para o funcionamento do capitalismo. Cabe aqui debater, mesmo que de forma sucinta, as bases dessa racionalidade que se tornou hegemônica na escala mundial.

Mantoux (1927 [1905]) desenvolve uma detalhada explicação sobre o reordenamento da propriedade fundiária no campo inglês, aclarando como se deram os cercamentos e como consubstanciaram a consolidação do capitalismo na passagem da fase comercial para a industrial. O autor (Idem, p.139) demonstra que desde o século XVI os cercamentos já eram realizados e contestados, tendo havido revoltas contra esses atos, como as de 1549, quando cerca de 3500 pessoas foram mortas. No século XVII continuaram a acontecer, de forma incipiente, até que, no século XVIII, catalisados pelo progresso agrícola, pela valorização das

⁵ Referimo-nos à organização do território, interpretado como a associação dialética do “território como norma” e do “território normado”, como proposto Santos (2008, p.338): além de estar em uma ilha, só é possível acessar o bairro por uma trilha de aproximadamente 15 Km, considerada de alto grau de dificuldade, ou por pequenas embarcações; a rede elétrica não chega ao bairro, não há qualquer rede de comunicação via cabo e não existem torres de telefonia celular (espaço territorial como norma). As normatizações territoriais, por sua vez, são bastante restritivas, voltadas em grande medida para a conservação da natureza, o que inibe o avanço do setor imobiliário, apesar das restrições de uso impostas à comunidade local.



terras e pelo aval dos governantes, os cercamentos tomam corpo, consolidando as bases de uma profunda transformação no espaço.

Mantoux advoga que a revolução agrícola não se deu apenas como consequência da revolução industrial, mas que aquela já se consolidava no campo mesmo antes desta, como afirma: “no momento em que surgiu a grande indústria, a agricultura moderna estava fundada” (Idem, p.149). O progresso agrícola responsável pela revolução agrícola inglesa (que se expandiu à escala global) desenrolou-se não por causa da revolução industrial, mas de forma associada a ela, tendo ambas se constituído sob a égide do iluminismo e da racionalidade científica.

Antes da referida revolução, o arranjo espacial das propriedades dos chamados *open fields* era caracterizado pela dispersão das terras, separadas em talhões de aproximadamente 1 acre, ou 4000 m². Segundo Mantoux (1927, p. 129) “as terras do ‘*open field system*’ não se confundiam em um todo indiviso: apenas estavam dispersas e misturadas, em parcelas que se intercalavam e se emaranhavam”. Já as *common lands* ficavam permanentemente sem divisões e nelas extraía-se madeira, coletava-se turfa, era permitido pescar, enfim.

A partir da década de 1730, explica Mantoux (idem), começa a haver uma reforma na agricultura inglesa, quando novos métodos começam a ser implementados na produção. O livro de Jethro Tull, contendo resultados de experiências e observações sistemáticas feitas ao longo de anos, é considerado um dos primeiros a difundir a ideia de agricultura intensiva, contrapondo a chamada “tradição imóvel” e o “espírito científico”. Com o uso dessas técnicas agrícolas a produtividade das terras passa a aumentar tornando-as mais valorizadas. Neste contexto, parte da aristocracia vê a possibilidade de enriquecer com suas terras, tornando-se agricultores.

Montada essa combinação, as propriedades menores passam a ser incorporadas pelas maiores em consequência dos atos públicos ou privados de “divisão, loteamento e cercamento dos campos” (MANTOUX, 1927, p.127), atos esses completamente arbitrários, injustos e mesmo violentos. As terras que eram antes demarcadas e utilizadas com base nos costumes, passam a ser demarcadas conforme os preceitos de uma legislação favorável apenas aos mais ricos, materializando, por meio de vendas injustas e expropriações, a racionalidade das definições capitalistas dos direitos de propriedade que emergia.

O mesmo autor argumenta que eram os grandes proprietários que solicitavam ao parlamento os atos de cercamento e que a autoridade pública sempre intervia nas demarcações das propriedades, pois nunca havia consenso. Os, parlamentares, porém, eram os representantes da grande propriedade, assim como os comissários que executavam os cercamentos. Estes eram



escolhidos por quem fazia as petições, cabendo ao pequeno agricultor assistir à essa reforma sem poder impedir que as melhores terras ficassem com os mais ricos.

Os *common fields*, que não se constituíam como terras possuídas por particulares, passaram a representar um empecilho à expansão da agricultura racionalizada e foram incorporados às grandes propriedades, contribuindo para a concentração fundiária que se estabelecia e para a expulsão das pessoas que viviam nessas áreas. Mantoux defende que “por pouco igualitário que fosse o regime das terras comuns inglesas, ele oferecia vantagens reais à população pobre”. Segundo ele existiam direitos que eram os mesmos para todos os habitantes da paróquia, uma antiga tolerância baseada nos costumes que permitia sempre um mínimo de usufruto, possibilitando que toda uma população vivesse à margem de uma propriedade.

Segundo Thompson (1998, p.149), a noção capitalista de propriedade privada se materializou vigorosamente a partir dos cercamentos que “ao tirar as terras comunais dos pobres, [...] os transformaram em estranhos em sua própria terra”. A importância deste processo está no fato de que não ficou circunscrito aos domínios do campo inglês, mas vem se espalhando, até os dias de hoje, pelo espaço, conforme argumenta o autor:

o que talvez dê a essa questão maior importância é que essa lei e essa mentalidade não estavam confinadas no espaço ou no tempo. O conceito de propriedade rural exclusiva, como uma norma a que outras práticas devem se adaptar, estava então se estendendo por todo o globo, como uma moeda que reduzia todas as coisas a um valor comum [...] sem dúvida, as noções capitalistas dos direitos de propriedade surgiram dos longos processos materiais de mudança agrária, quando o uso da terra se desprende dos imperativos de subsistência e a terra se tornou acessível ao mercado. (1998, p.134)

No Brasil, a Lei de Terras de 1850 representou, de certa forma, esta extensão dos cercamentos ingleses ao estabelecer que as terras só poderiam ser adquiridas mediante a compra, com pagamento em dinheiro. Isso garantiu a manutenção da exploração do território e da força de trabalho na passagem do sistema escravagista para o trabalho assalariado, impedindo a emergência de um campesinato livre. Por não possuírem os títulos de posse, diversos grupos sociais passam a não ser considerados “donas” de seus lugares, aos olhos da Lei.

No Bonete, a partir de 1990 esta lógica da propriedade privada da terra é (re) desencadeada, quando os turistas começam a cercar os terrenos que adquirem, fazendo emergir também entre os próprios moradores a necessidade de delimitar e cercar as suas terras,



conforme explica o Entrevistado 19⁶, um morador local aposentado, à época da entrevista com 65 anos:

a gente não tinha esses preconceitos de “ah, vou fechar aqui pra ninguém ver a minha cara!”, não, nós não [...] só que os turistas, eu não sei se eles tem esses medos da cidade grande né? Tem medo de roubar... A gente, ninguém rouba ninguém... E aí, também, eles tem aquelas vivências né. O turista, tem turista que ele não gosta de estar aqui, passa gente aqui e nem olha pra nós e tem turista que não gosta que olhe nem a cara dele. Tem preconceito... “peraí, deixa eu me tampar...”. Mas aqui... Eles tem um medo que a gente roube, pegue o terreno deles, mas não pegam...

O Entrevistado 25 (morador de 33 anos de idade, que trabalha com passeios em lancha) afirma que os terrenos começaram a ser cercados quando passaram a ser vendidos para os turistas. Conforme explica, “[...] então, porque aí, tipo, o cara comprava, ia lá, cercava o dele. Aí o cara que tava vendendo separava...”.

A Entrevistada 29, moradora do bairro, estudante, 32 anos de idade, explica como se deu o processo de cercamento das terras no Bonete ressaltando que antes havia uma liberdade de locomoção entre as terras maior:

O Bonete não era assim. Mudou o Bonete, entendeu? Mudou, antes era todo mundo quintal, você... Um entrava pro quintal do outro, sabe? Aí depois a gente foi... As coisas foi apertando, aí foi chegando o turismo no Bonete, cada um... Aí você foi ‘ah, vamo cuida do que é da gente por que então não tem invasão, né, se você não fecha o que é seu, daqui a pouco o outro lá fica invasando. Então a gente se preveniu dessa maneira, né?

Tendo como base as entrevistas e também algumas conversas informais com moradores, percebemos que antes dos turistas começarem a interferir na lógica local, os boneteiros não atribuíam à terra um valor mercadológico, ou seja, o valor de uso prevalecia sobre o valor de troca. O dinheiro nem mesmo era usado no lugar, portanto seu significado e seu valor era distinto entre os boneteiros e os turistas vindos dos centros urbanos, principalmente da cidade de São Paulo. Isso permitiu que muitos turistas tenham se favorecido comprado terrenos no bairro a preços ínfimos, os quais, justamente pela reprodução da lógica capitalista de apropriação do espaço, sofreram uma valorização elevadíssima nos últimos anos.

⁶ Optamos por não identificar os entrevistados por seus nomes para não causar possíveis constrangimentos ou desavenças. Em nossa dissertação de mestrado identificamos o turista ou morador entrevistado apenas como “Entrevistado” e com um número correspondente; algumas informações relevantes à pesquisa como, por exemplo, a idade dos entrevistados, o sexo, o lugar de origem, a profissão etc. foram informados em um Anexo. Optamos por manter neste artigo a numeração do ordenamento das entrevistas conforme se encontra na dissertação.



Harvey (1980, p.135) advoga que o solo e os benefícios que dele advêm são mercadorias especiais na economia capitalista contemporânea e, portanto, os conceitos de valor de uso e valor de troca devem também ser utilizados com atenção em relação a alguns aspectos:

o solo e as benfeitorias não podem deslocar-se livremente, têm localização fixa; são mercadorias das quais ninguém pode dispensar; o solo e as benfeitorias mudam de mãos relativamente com pouca frequência; o solo é permanente e a probabilidade de trazer benefícios é grande; a troca no mercado ocorre em um momento do tempo, mas o uso se estende por um período; o solo e as benfeitorias têm usos diferentes e numerosos que não são mutuamente exclusivos para o usuário.

Ainda sobre a valorização e venda de terras, a Entrevistada 20 (moradora, 52 anos de idade, dona de camping) afirma que a maior parte das terras pertence a pessoas de fora e que muitos boneteiros se arrependem por terem vendido as terras a preços muito baixos. Em suas palavras,

O Bonete era mais do caiçara, hoje a maioria é do pessoal de fora, entendeu? Chega final de semana aí o Bonete tá cheio de gente que tem casa, entendeu? Cresceu muito, né? Mas cresceu assim, cresceu dessa maneira: o pessoal do Bonete, eles foram vendendo, vendendo, vendendo, vendendo. Então, eles não valorizaram as terras, não deram valor, entendeu? Eles foram liberando por qualquer preço, preço mínimo... E, hoje em dia, muitos estão sentindo falta. Tem muitos hoje que tão sentindo falta das terras que venderam.

O Entrevistado 17, morador de 26 anos, pescador, afirma que grande parte das terras do Bonete foram adquiridas por um empresário, dono de supermercado, que trocou porções de terra por mercadorias vendidas em seu estabelecimento. Ele explica:

você conhece São Sebastião? Tem um mercado ali, supermercado Garça, conhece? O dono daquele supermercado, ele tem muita terra aqui. Porque em bem que ele chegou em São Sebastião ele conheceu o Bonete. Então, os moradores daqui trocavam terra com ele com mercadoria, com compra. Foram trocando, trocando. A metade desse morro aqui pra traz é dele, até os fundos é dele, o morro.

O Entrevistado 21, morador aposentado, com 61 anos de idade, afirma que terrenos são trocados por motores de barco e por redes de pesca. Segundo ele, “tem gente que vende a troca de rede, de motor, sabe? Troca. Aqui na frente da praia não tem quase mais (terrenos pertencentes a caiçaras) ... Se tiver é umas três ou quatro”.

O Entrevistado 12, morador de 44 anos, dono de quiosque, ao criticar a venda de terras também concorda que muita gente vendeu lotes de terra a preços baixos e hoje se arrependem. Segundo ele, “os caras compra terra barato, vem aqui, acha uma brechinha, leva tudo de você,



rapidinho. Aí depois tu vai comprar dele e não tem dinheiro que pague. [...] Muita gente sofre por causa disso hoje”.

Segundo Batistone (2006, p. 20), com base nos dados publicados no Diagnóstico socioeconômico e ambiental de Ilhabela realizado pelo Instituto Florestal (1992), na comunidade do Bonete haviam, no ano de 1992, apenas 15 casas de veranistas. Já em 2003, segundo o levantamento realizado pela autora, existiam 57 residências de moradores e 44 casas de veraneio, somando 101 domicílios.

Entre o ano de 2000 e 2010, conforme revelam os dados do IBGE (2000; 2010) nos respectivos anos, o número total de domicílios no bairro saltou de 52 (Tabela 1) para 159 (Tabela 2), sendo que o número de moradores aumentou apenas de 190 para 244 no mesmo período, ou seja, o número de domicílios aumentou a uma taxa muito maior do que o número de moradores. Ao cruzarmos estes dados com aqueles presentes na Tabela 3, que informam sobre as características de uso dos domicílios do Bonete e com as informações obtidas a partir das entrevistas, concluímos que a maioria dos domicílios construídos no período entre o ano de 2000 e o de 2010 são casas de veraneio de turistas.

Conforme os dados da Tabela 3, podemos observar que existem, ao menos, 71 domicílios que são utilizados apenas ocasionalmente no Bonete e mais 13 domicílios que estão vagos. Concluímos que existem, no mínimo, 71 domicílios utilizados como segundas residências de turistas, representando aproximadamente a metade do número total de domicílios do bairro.

Tabela 1: Total de Domicílios Particulares em 2000 no Bairro do Bonete, Ilhabela.

Bairro = Bonete - Ilhabela – SP
Variável = Domicílios particulares permanentes (Unidades)
Situação do domicílio = Total
Número de moradores = Total
Ano = 2000
52

Fonte: Censo 2000 – IBGE.



Tabela 2: Total de Domicílios Particulares em 2010 no Bairro do Bonete, Ilhabela.

Bairro = Bonete - Ilhabela – SP
Variável = Domicílios recenseados (Unidades)
Espécie = Particular
Situação do domicílio = Total
Ano = 2010
159

Fonte: Censo 2010 – IBGE.

Tabela 3: Característica dos domicílios do bairro do Bonete.

Domicílios Particulares e Coletivos	164
Domicílios Particulares Permanentes	159
Domicílios Particulares Permanentes Ocupados	75
Domicílios Particulares Permanentes Ocupados - com entrevista realizada	75
Domicílios Particulares Permanentes Ocupados - sem entrevista realizada	0
Domicílios Particulares Permanentes não Ocupados	84
Domicílios Particulares Permanentes não Ocupados - uso ocasional	71
Domicílios Particulares Permanentes não Ocupados - vago	13
Domicílios Particulares Improvisados Ocupados	0
Domicílios Particulares Ocupados	75
Domicílios Coletivos	5
Domicílios Coletivos - com morador	1
Domicílios Coletivos - sem morador	4

Fonte: IBGE – Sinopse do Censo Demográfico de 2010.

Muitos dos terrenos ainda sem construções pertencem a turistas, como advertem as placas de propriedade particular verificadas em campo. Além disso, existem mais de 25 anúncios de venda de imóveis, feitos por uma imobiliária denominada Bonete Imóveis, cujo dono afirma, em seu site (www.boneteimveis.com.br), já estar há 20 anos no setor imobiliário em São Paulo e que agora trabalha exclusivamente com a venda de imóveis no Bonete. Isso demonstra que a lógica da terra para negócio se faz presente no lugar, engendrada por pessoas de fora.



Como vimos, as restrições impostas pelo Parque Estadual de Ilhabela desde 1977 e, principalmente, o desenvolvimento do turismo (notadamente a partir de 1990), resultaram em mudanças expressivas quanto à posse e quanto ao uso das terras no bairro. As terras começaram a ser mais rigidamente delimitadas e cercadas e grande parte dos terrenos foram vendidas para pessoas de fora a preços ínfimos, muitas vezes trocadas por mercadorias de supermercado, motores de barco e redes de pesca.

Atualmente, quase metade dos domicílios são de uso ocasional no bairro, além de existirem muitos terrenos de turistas sem edificações. Em grande medida a função social da terra não é cumprida no Bonete, o processo de especulação imobiliária se faz presente, mesmo com alguns limitantes decorrentes da normatização territorial restritiva.

Consequências para a produção local de alimentos: das roças, pesca e caça ao supermercado

Quando a lógica da propriedade privada da terra não vigorava no bairro, conforme afirmam muitos dos entrevistados, as casas ficavam espalhadas e não existiam limites rigidamente estabelecidos entre os quintais. Havia roças itinerantes nos locais mais afastados, plantações de frutíferas e hortas espalhadas entre as casas, além de alguns animais, como galinhas e gado. A caça era uma prática comum e, pelo que pudemos concluir das entrevistas, associadas a outros estudos (BATISTONE, 2006; ARAÚJO, 2007), representava uma fonte importante de proteínas na alimentação dos boneteiros, principalmente na época de inverno, quando o mar fica mais revolto, impedindo muitas vezes a pesca ou mesmo a locomoção.

Como lembra o Entrevistado 25,

[...] aí, tipo, tem a minha casa, aí pra baixo era tudo mato, cara. Tudo mato, mato, mato mesmo, fechadão. Aí eu lembro que a gente saía aqui, ó, minha mãe tinha uma horta aqui na frente. Onde é o bar, né, era uma horta, cara [...] tinha de tudo assim, ó, tomate, verdura, verdura de tudo... Cheia mesmo. Era bonito pra caramba. [...] porque aí, ainda era do pessoal daqui ainda, né? Então o pessoal daqui plantava. Aqui mesmo, aqui onde tem essas casas, era do Seu Benedito, ali. Eu lembro que isso aqui era cheio de mandioca. Aí tinha plantado banana, abacate, tinha um monte de plantação dele aí. Aqui em baixo, uma vez, a gente chegou a plantar também. Aí, em 92, acho que é 92, que a gente fez o bar aqui, com meu tio...

Como afirmam muitos dos entrevistados, antes de 1990, a prática da agricultura itinerante, feita a partir da técnica de corte e queima, também chamada coivara, em locais relativamente afastados das moradias, era fundamental para suprir as necessidades alimentares



da população. Segundo eles, plantava-se mandioca, com a qual era feita farinha, além de banana, café, milho, cana-de-açúcar, batata, cará, laranja, feijão entre outros.

A pesca era a principal fonte de renda dos boneteiros, a qual por vezes era acrescida da venda de alguns produtos excedentes como a aguardente, a banana e a laranja, vendidos em centros próximos como Santos, Bertioga e São Sebastião. Configurava-se, também no Bonete, o que Diegues (1973; 1979; 1983) define como “pequena produção mercantil”. Segundo o Entrevistado 19, até o início do século XX havia no Bonete um engenho que produzia aguardente, a qual era transportada em Canoas de Voga⁷ até Santos para ser comercializada. Conforme o entrevistado:

levavam cachaça daqui, levavam cachaça, meu avô, a remo, quando tinha... O que é que eles faziam? Eles tinham uma canoa grande, grande mesmo, parecia um barco, eles ponzavam as cachaça era tudo em tonel de madeira né? Eles escolhiam... Quando começava a ventar esse vento leste daqui, muito forte, ai abria a vela, entendeu? E ia embora... quando calmasse o leste eles passavam, se dava pra entrar lá pela barra de Santos, la pela moela eles entravam, se não eles entravam pela Bertioga. Quando eles entravam na Bertioga eles iam a remo na voga pra Santos [...] A cachaça saía daqui. Aí entrava lá, descarregava naqueles armazéns antigos né? Eles compravam o sal pra salgar peixe, o sabão, o açúcar, o café tinha muito por aqui e eles faziam café e torravam... e muitos que não tinham condição de comprar açúcar faziam café de cana... não existe mais [...]

O Entrevistado 2, morador, 70 anos, pescador aposentado, dono de camping, afirma que os boneteiros utilizavam dinheiro apenas para comprar e vender alguns produtos nos centros regionais e que no bairro, em si, não havia circulação monetária. Ele conta que a produção excedente de banana era vendida em São Sebastião, onde eram comprados alguns produtos:

Entrevistado 2: não corria dinheiro... o Bonete agora, depois que entrou o turismo, é que o Bonete tá correndo dinheiro, porque antes não podia não.

Pesquisador: e o pessoal trocava as coisas? Como é que era?

Entrevistado 2: não, o que... O que o pessoal fazia aqui era levar pra São Sebastião pra vender lá. Aqui a gente comia muita banana, banana branca, então a gente exportava banana e a gente levava pra São Sebastião pra vender uma dúzia de caixa, não era uma dúzia de banana, uma penca, era dúzia de caixa. E era trabalhoso, tinha que carregar aquela banana que exportava nas costas, nem carrinho... Essas carriolas que tu vê hoje aí... Não tinha não.

⁷ A Canoa de Voga é um dos símbolos mais marcantes do chamado “período heróico” dos caiçaras, quando utilizavam primordialmente esse tipo de embarcação para locomover-se e transportar alguns itens como a aguardente produzida nas localidades. A técnica de construção foi desenvolvida pelos indígenas e aprimorada posteriormente, quando foram colocadas velas; era necessário grande destreza para cumprir as distâncias que os caiçaras percorriam com as Canoas de Voga. O trabalho da Wanda Maldonado (2004) traz uma discussão aprofundada sobre as Canoas de Voga.



O Entrevistado 1, morador, 65 anos, dono de bar, explica como eram feitas as roças e afirma que a partir de meados dos anos de 1980 esta atividade começou a perder importância devido ao desenvolvimento do turismo e à facilitação do acesso aos centros urbanos próximos:

Então, o meu pai, eles faziam derrubada, sabe? Derrubava mesmo, fazia aquele roçado pra plantar...[...] queimava pra fazer, pra plantar mandioca, entendeu? [...] e essa derrubada que meus pais faziam era pra plantar mandioca, feijão pro consumo, e agora acabou de uns 30 anos pra cá acabou! Ninguém derruba mais... Roça, ninguém derruba mais. [...] a roça... sabe o que que é, todo mundo vai sexta-feira na feira e compra farinha pronta...[...] tem mais ou menos 2 ou 3 que tem roça. Mas assim, vai aqui por perto, ninguém mais vai assim longe pra fazer roça, entendeu? Ninguém... [...] naquela época todo mundo trabalhava, fazia isso, porque ninguém tinha condução e ninguém vivia de turismo também, todo mundo vivia da roça e da pesca. [...]

O Entrevistado 2, conta que a mata era lugar de trabalho, onde faziam roça. Segundo ele,

a mata significa muita coisa né, porque antigamente era onde nós trabalhava, nós fazia a roça, derrubava pra nós fazer roça pra plantar né, porque nós se criamos na roça. Nós plantava mandioca, nós plantava feijão, nós plantava o milho, enfim, nós plantava tudo, café em grão, nós plantava tudo. Batata, enfim, nós plantava tudo [...] porque antes não tinha turismo aqui sabe? Não tinha turismo e a gente vivia da roça, vivia da pesca, hoje não... Hoje aqui é: um aposentado, trabalha um pouco na pesca e a maioria... Você vê, aqui tem cinco pousadas. Tem cinco pousadas e esse camping aqui.

A Entrevistada 8, uma senhora de 80 anos conta que trabalhou na roça até pouco tempo atrás, aproximadamente até o ano de 2006 e critica os boneteiros mais jovens afirmando que não querem mais fazer roça:

essa mocidade aí de hoje, meu filho, não quer ir trabalhar na roça, sabe, pior é isso. E a gente tá numa idade que não pode mais, né, plantar. Eu trabalhei muito na roça, quando meu marido era mais novo, né, trabalhei muito na roça, plantava. Mandioca, pra fazer farinha, batata doce, milho, feijão...já comi muita coisa da roça. Mas hoje em dia também não. Já faz uns oito anos que não trabalho mais na roça. Meu filho é funcionário público da prefeitura, minha nora é caseira. Meus netos não querem nada, pra trabalhar na roça não querem nada.

Já a Entrevistada 13, moradora, 65 anos de idade, relaciona o fato de os moradores não plantarem mais com a própria questão da posse da terra. Conforme afirma a entrevistada,

Quem tem o seu lugarzinho de plantar pode. Eu mesma não tenho lugar de plantar mais nada, entendeu? Porque o que nós tinha nós já vendemos há muitos anos, sabe, e então não tenho onde plantar. Faz tempo, ó. Eu já trabalhei muito na roça, meu esposo...trabalhei muito, muito. Mais era mandioca que a gente plantava pra fazer a farinha, né? De vez em quando um feijão pra comer. A gente colhia. Mas tem pessoa que ainda tem o seu pedacinho ali, que ainda planta. Ainda planta alguma coisa”.



Concordando com a Entrevistada 13, o Entrevistado 16, morador, pescador e caseiro, de 43 anos afirma: “tendo a sua propriedade, você chegar, você pode plantar, colher. Agora, não pode chegar em qualquer terreno e ir plantando, porque aí o pessoal já para, né?”.

A Entrevistada 20 também argumenta que a perda da posse das terras foi a grande responsável pelo abandono do roçado por grande parte da população. Como afirma,

a plantação foi assim, a plantação o que aconteceu no Bonete: todo mundo tinha terra, extensão de terra pra plantar. Aí o que aconteceu, eles foram vendendo, vendendo, vendendo. Então, se vende, o cara lá não vai querer mais que constrói, que plante, né? Você pode plantar, mas você vai ter que assinar um termo de confiança com ele pra um ano, dois anos, até que ele precisa da terra. Aí a hora que ele precisar da terra ele vai falar: ‘olha, pode tirar as plantas que agora eu vou construir’. Então foi isso que o pessoal pararam de plantar. Entendeu, porque venderam. Esse morro aqui ó, a gente chama o Morro do Gado, nossa, isso aqui, chegava mês de maio você ia, subia, você via o Bonete, o pessoal do Bonete, todo mundo na roça, plantando, carpindo a terra pra fazer plantação da mandioca. Que a plantação da mandioca pra nós, aqui, é em maio...é abril, maio junho, julho, agosto, que é mês bom que a gente planta mandioca. Hoje em dia você não vê mais isso, entendeu? Porque o pessoal vendeu, cada um cercou sua terra, cada um cuidou, né? Ou pôs uma pessoa pra cuidar,

O Entrevistado 25, também argumenta que para poder plantar é necessário possuir um terreno. Segundo ele “plantar, hoje, na verdade, não tem muita terra pra plantar o Boneteiro mesmo. É mais assim: eles usam a terra, tipo, eu cuido de um terreno aí acabo plantando, usando né, pra plantação”.

Vale salientar que, atualmente, nas terras que ainda restam aos caiçaras há uma quantidade e diversidade relativamente muito maiores de vegetais em relação às propriedades dos turistas, abrigando grande variedade de árvores, muitas delas frutíferas, pequenas hortas, arbustos etc; as galinhas andam soltas pelos quintais e pelos caminhos, assim como os cachorros e alguns gatos.

Conforme Batistone, (2006, p. 19), no Bonete, “cada família nuclear possui um quintal localizado ao redor da residência onde são cultivadas algumas hortaliças, ervas de uso medicinal e árvores frutíferas”. Esses quintais podem ser definidos como “quintais agroflorestais”, tal como define Garrote (2004), em seu trabalho sobre os quintais caiçaras do Saco do Mamangá em Paraty. Segundo a autora,

os quintais agroflorestais são um tipo de sistema de produção entre os diferentes tipos de agrossistemas. A interação entre os recursos naturais e seu manejo por parte das populações locais está baseado em suas necessidades e, em geral, se caracteriza por sua heterogeneidade e a utilização de tecnologia simples [...] nesse espaço está expresso o conhecimento do agricultor/morador em relação ao local onde se instala, assim como sua cultura (GARROTE, 2004, p. 21).



Já nas casas de veraneio de turistas, observa-se que, de modo geral, não apresentam uma diversidade tão grande de plantas quanto as casas dos caiçaras. Fica clara a concepção de querer estar junto à chamada “natureza”, mas se esta for segura, domesticada e confortável – e por um período não muito longo de tempo. As intervenções fundamentadas nesta intencionalidade que trazem os turistas são bastante expressivas, as construções são maiores do que a maioria das casas dos caiçaras e as cercas bem estabelecidas, não sendo permitido nem mesmo a passagem pelos terrenos, utilizados apenas ocasionalmente. Como vimos, muitos dos terrenos nem mesmo são utilizados, seus donos apenas mantêm pessoas do próprio lugar cuidando de sua posse e aguardam o momento em que elas possam auferir as maiores vantagens possíveis.

Evidenciam-se, assim, as consequências das diferentes intencionalidades⁸ sobre o lugar: os turistas intencionam o ócio, o lazer, com conforto e proximidade à natureza domesticada, ao passo que os caiçaras intencionam viver no lugar e se reproduzir socialmente.

Conforme o exposto, verifica-se que ocorreu nas últimas décadas uma grande diminuição na produção de alimentos no lugar e uma conseqüente perda de autonomia, tendo em vista que os moradores passaram a adquirir alimentos primordialmente mediante a compra, nos supermercados dos centros urbanos próximos. Tem havido, assim, uma maior inserção do lugar na economia capitalista e a lógica do dinheiro vem se fortalecendo. Quanto à isso, Batistone, (2006, p. 86) argumenta que

O abandono gradual das atividades de forrageio e agricultura, e conseqüente aumento da dependência de alimentos extra-locais e da renda para adquiri-los, além de resultar na perda de conhecimento do ambiente local, pode diminuir a segurança alimentar da população, que por sua vez fica sujeita a fatores externos ao sistema sócio-ecológico local. O crescente aumento da dependência de alimentos extra-locais pode, portanto, afetar a resiliência da população, caracterizando-se como um obstáculo para a reorganização e adaptação nutricional da população diante de futuras mudanças no cenário econômico e ecológico regional.

Consideramos que esse movimento foi impulsionado também por decisões realizadas em escala nacional, quando, conforme Wilkinson (2003, p. 64), após a crise dos anos de 1980,

⁸ Milton Santos discute utilidade da noção de intencionalidade para a Geografia colocando-a na posição de intermediadora entre as ações e os objetos, os quais, como advoga, articulam-se em sistemas e formam uma unidade indissociável. Este “conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações” (SANTOS, 2008, p.21) constitui o espaço geográfico, objeto de estudos da Geografia, segundo a proposição do autor. Sem deixar de considerar “que os resultados da ação humana não dependem unicamente da racionalidade da decisão e da execução” (Idem, p.94), havendo também as aleatoriedades, as conseqüências não planejadas das ações, Santos explica que as ações carregam intencionalidades e que só existem ações em relação a objetos. Logo, como advoga Milton Santos, os objetos também possuem em sua constituição intencionalidade, que, dialeticamente interferem nas ações. Segundo o autor, “a ação é tanto mais eficaz quanto os objetos são mais adequados. Então, à intencionalidade da ação se conjuga a intencionalidade dos objetos [...]”.



houve uma retirada do governo no controle de preços e compras de alimentos e uma diminuição de políticas setoriais, ocasionando uma fragilização da participação dos pequenos produtores e de suas organizações tradicionais no mercado. Conforme o autor, essas medidas vieram acompanhadas de uma menor proteção tarifária com maior abertura ao comércio internacional, levando a um aumento no ritmo de importações de alimentos. Essa onda vem resultando na aceleração do domínio da grande distribuição na forma de super e hipermercados, cada vez mais regionalizados. Conforme argumenta Wilkinson (2003, p. 69),

a grande distribuição substitui os canais tradicionais de distribuição com a montagem de centrais próprias de distribuição por país ou região e também substitui fornecedores tradicionais, operando com um número limitado de fornecedores especializados que atendem às especificações de entrega, leque de produtos e qualidade [...] esse sistema exclui claramente pequenos produtores individuais [...]

Isso contribui para uma inserção subjugada do lugar na lógica capitalista, uma vez que, somado ao fato de não disporem de capital para investir nas inovações impostas, os caiçaras acabam não tendo acesso a algumas das informações mais valorizadas para participar em igualdade dessa nova dinâmica. A autonomia na produção de alimentos e (como consequência) a segurança alimentar dessas populações tende assim a tornar-se ameaçada ao passo que a degradação ambiental e a vulnerabilidade dos lugares produtores de alimentos tende a aumentar com a especialização produtiva; a produção de alimentos, pautada cada vez mais nos ditames do mercado e na busca pela competitividade passa, assim, a contribuir para alienação dos lugares e para sua degradação socioespacial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que o processo que se desenrola no bairro do Bonete se reproduz na região habitada por caiçaras de maneira geral, contribuindo para a diminuição da “capacidade de poder” (RAFFESTIN, 1993, p.33) dessas pessoas e para a perda de autonomia desses lugares, o que desencadeia diversos problemas.

Considerados, contudo, os limitantes inerentes ao desenvolvimento deste texto, os quais já eram previstos em sua proposta de elaboração, aceitamos que não se trata aqui de comunicar uma conclusão ou o resultado de um trabalho já finalizado, ao contrário, aproxima-se mais de uma estruturação de hipótese a ser verificada, qual seja: o recente avanço da racionalidade



capitalista – através, principalmente, do turismo, do estabelecimento de unidades de conservação de proteção integral e das grandes obras – com o fortalecimento das (des)apropriações e do uso privado e individual do território, tem levado à diminuição da autonomia da produção de alimentos nos lugares tradicionalmente habitados por caiçaras, o que, no atual contexto marcado pela disparidade de níveis de renda e de acesso à informações estratégicas pelos agentes envolvidos, contribui para uma inserção subjugada e subserviente desses lugares na atual divisão territorial do trabalho.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, L. G. **Etnobotânica caiçara: diversidade e conhecimento de recursos vegetais no litoral paulista**. Dissertação de mestrado. Unicamp: Campinas, 2007.
- BATISTONE, M. Consumo alimentar na comunidade caiçara da praia do Bonete, Ilhabela, SP. Dissertação de Mestrado. Unicamp: Campinas, 2006.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico de 2000**.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico de 2010**. Sinopse por setores.
- CAMARGO, C. P. M. P. de. **Territorialidades caiçaras entre o tempo de antigamente e o tempo de hoje em dia em Paraty, RJ, (Vila Oratório, Praia do Sono, Ponta Negra e Martins de Sá)**. Dissertação de Mestrado. Unicamp: Campinas, 2013.
- DIEGUES, A. C. **Pesca e marginalização no litoral paulista**. Dissertação de Mestrado: USP, 1973.
- _____. **Pescadores, sitiantes e trabalhadores do mar**. São Paulo: USP, 1979.
- _____. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo, 1983.
- _____. (Org.) **Ilhas e sociedades insulares**. São Paulo: NUPAUB, 1997.
- _____. (Org.) **Enciclopédia Caiçara**. São Paulo: Editora Hucitec – NUPAUB, 2004.
- GARROTE, V. **Os quintais caiçaras, suas características sócio-ambientais e perspectivas para a comunidade do Saco do Mamanguá, Paraty, RJ**. Dissertação de Mestrado. Piracicaba: USP, 2004.
- HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.
- LUCHIARI, M. T. D. **Caiçaras, migrantes e turistas: a trajetória da apropriação da natureza do litoral norte paulista (São Sebastião, distrito de Maresias)**. Dissertação de mestrado. Campinas: Unicamp, 1992.
- _____. Turismo, Natureza e Cultura caiçara: um novo colonialismo?. In SERRANO, Célia Maria de T., BRUHNS, Heloisa Turini (orgs.) **Viagens à Natureza**. Campinas SP: Papirus, 1997. (Coleção Turismo)
- _____. **O lugar no mundo contemporâneo: turismo e urbanização em Ubatuba, SP**. Tese de doutorado. Campinas: Unicamp, 1999.



Urbanização Turística: um novo nexu entre o lugar e o mundo In: SERRANO, Célia Maria de T., BRUHNS, Heloisa Turini e LUCHIARI, Maria Tereza D. P. (Orgs). **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. Campinas, SP: Papirus, 2000 (1a ed.), (Coleção Turismo) pp. 105-130.

LIMA, G.P. **Turismo e poder em lugares tradicionalmente habitados por caiçaras: o caso do Bonete, Ilhabela, SP**. Dissertação de mestrado. Campinas: Unicamp, 2015.

MALDONADO, W. A construção material e simbólica da canoa caiçara em Ilhabela/SP. In: DIEGUES, A. C. (Org.) **Enciclopédia Caiçara**. Pp. 297-321. São Paulo: Editora Hucitec – NUPAUB, 2004.

MANTOUX, P. A revolução industrial no século XVIII: estudo sobre os primórdios da grande indústria moderna na Inglaterra. São Paulo: Unesp/Hucitec, 1927 [1905].

MOREIRA, R. **Formação do espaço agrário brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, M. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: Edusp, 2012.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WILKINSON, J. **Agricultura familiar ante o novo padrão de competitividade do sistema agroalimentar na América Latina**. Estudos Sociedade e agricultura. Rio de Janeiro, 21, outubro de 2003.

Sites consultados

www.boneteimveis.com.br

www.ibge.gov.br